

Rodrigo de Faria e Benny Schvarsberg
(Organizadores)



POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL



1ª Edição

Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU-UnB
2011

e-livro

POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL

Este e-livro (arquivo PDF) não pode ser comercializado. Sua distribuição é gratuita e a reprodução (parcial e/ou integral) autorizada desde indicada referência bibliográfica de autoria e organização conforme normas vigentes da ABNT.

ISBN 978-85-60762-05-7



9 788560 762057

P769 Políticas urbanas e regionais no Brasil / Rodrigo de Faria e Benny Schvarsberg, organizadores. - Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.
229 p. ; 30 cm.

ISBN 978-85-60762-05-7

1. Política urbana - Brasil. 2. Política regional. 3. Desenvolvimento regional. 4. Brasil - municípios. I. Faria, Rodrigo de (org.). II. Schvarsberg, Benny (org.).

CDU 711.4(81)

POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL

Coordenação de produção:	Rodrigo Santos de Faria
Capa:	Rodrigo Santos de Faria
Imagem da Capa:	Mapa do Brasil com a identificação dos municípios com mais de 20 mil habitantes, respectivamente, nos anos 1940, 1960 e 1980. Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1ª edição: julho de 2011

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - Editora
Universidade de Brasília - UnB
Instituto Central de Ciências - ICC
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte
Caixa Postal 04431 / CEP 70904-970
Telefone: +55 (61) 31076630
<http://e-groups.unb.br/fau>

POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL

Laboratório de Estudos da Urbe

LabUrbe-PPGFAU-UnB

Grupo de Pesquisa em História do
Urbanismo e da Cidade

(GPHUC-UnB/CNPq)

e-mail: gphuc.unb@gmail.com

1. Índice ↘
2. Apresentação ↘
3. Prefácio ↘
4. Autores ↘
5. Artigos ↘



1. Índice ↗

Parte A: Política Urbana e Planos diretores no Brasil

Cap. I. Planejamento Urbano no Brasil pós-1988: panorama histórico e desafios contemporâneos p.16 ↘
Benny Schvarsberg

Cap. II. Planejamento e Gestão Municipal: planos diretores - avanços e alertas na implementação p.33 ↘
Heloisa Pereira Lima Azevedo

Parte B: Habitação e Desenvolvimento Urbano

Cap. III. O Estatuto da Cidade entre o Local e o Nacional
Kazuo Nakano p.51 ↘

Cap. IV. Política Nacional de Habitação: programas e resultados p.92 ↘
Alessandra d'Avila Vieira e Mirna Quinderé Belmino Chaves

Cap. V. Mobilidade e Acessibilidade Urbana e Regional, o Papel do Transporte Público na Gestão Municipal p.114 ↘
Claudio Oliveira da Silva

Parte C: Ordenamento Territorial, Política Regional e

Desenvolvimento Municipal

Cap. VI. A Importância da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) para o Desenvolvimento Sustentável Brasileiro p.137 ↘
Júlio Miragaya e Leandro Signori

Cap. VII. Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil p.168 ↘
Kelson Vieira Senra

Cap. VIII. O debate regional no Municipalismo Brasileiro - (im)possibilidades da cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento? p.195 ↘
Rodrigo Santos de Faria



3. Prefácio ↖

Uma coletânea intitulada "*Políticas urbanas e regionais no Brasil*", organizada pela academia, em princípio, desperta no leitor a expectativa de encontrar uma discussão crítica sobre as propostas e os resultados dessas políticas. No entanto, a coletânea que ora tenho o prazer de prefaciá-la, não se restringe a esse tipo de discussão. Vai além. Possui peculiaridades que ensejam trazer à tona uma das questões mais relevantes para a área de planejamento urbano e regional: as escalas de intervenção.

A primeira peculiaridade está no fato de a maioria dos autores pertencerem ou terem pertencido, simultaneamente, aos quadros da academia e do governo federal. Essa dupla inserção não só propicia um olhar comprometido com o saber fazer e o fazer saber políticas nacionais urbanas e regionais, como obriga o exercício do diálogo entre ambas as instituições. Porém, esse diálogo nem sempre é visto com bons olhos. Acadêmicos mais puristas reclamam que a construção de um saber urbano e regional direcionado desvirtua a sua verdadeira função e vários membros do governo federal consideram que a academia só produz teoria. Idiossincrasias a parte, a relação academia-governo federal na área urbana e regional não é propriamente uma novidade, pois já vem se realizando desde há muito. No caso da presente coletânea, toda esta querela perde o fôlego quando se observa que a academia está dentro do governo federal e vice-versa. Desfaz-se o conhecido "gap".

Paralelamente, o fato de a edição da coletânea ter partido dos arquitetos Rodrigo de Faria e Benny Schvasberg, professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismos da UnB, permite especular sobre o papel de uma universidade, cuja cidade-sede, Brasília, coincide com a sede do governo federal. Arrisco dizer que a UnB tem um papel chave no desenho de políticas nacionais, entre as quais, as urbanas e regionais. Arrisco dizer também que o governo federal tem um papel chave na UnB, papel que não se resume a ser uma universidade federal. Há, portanto, uma simbiose geográfica a ser reconhecida e valorizada.



Se não bastassem essas peculiaridades, cabe acrescentar a oportunidade do lançamento da coletânea neste ano de 2011, sucessor de uma década que, indiscutivelmente, significou uma retomada da atribuição do Estado Nacional sobre as políticas urbanas e regionais. Assim, não se pode ignorar que nos últimos anos foi gerada uma produção de conhecimento relativa ao conteúdo e o *modus faciendi* de tais políticas. Divulgar essa produção para estudiosos e interessados no tema é uma maneira de situar o seu estado da arte e avaliar em que moldes a retomada vem acontecendo.

As peculiaridades mencionadas dão o tom da obra que se caracteriza por tratar predominantemente dos discursos de políticas urbanas e regionais de cunho nacional e seus instrumentos. Essa característica permite introduzir a questão das escalas de intervenção que foi objeto de acirrados embates entre planejadores e pesquisadores da área, principalmente no decorrer dos anos 1990 e no início dos 2000. Indagava-se, então, até que ponto as políticas urbanas e regionais constituíam matéria nacional ou local. Uma pseudo-indagação.

No Brasil daquele período, quando, similarmente a inúmeros países do mundo, imperava o neoliberalismo, não era freqüente a reclamação sobre a ausência de diretrizes nacionais urbanas e regionais, pois havia certo encantamento com os projetos meramente locais. Confundia-se a participação de atores da Sociedade Civil, como os movimentos sociais e as organizações não governamentais, com a retirada do Estado Nacional. Confundia-se a descentralização, princípio da Carta de 1988 que orientou a competência sobre política urbana para os municípios, com o rechaço da extremada centralização do Estado Nacional nos anos de ditadura.

Este quadro começou a mudar em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, uma lei nacional que faculta aos municípios a utilização de uma série de institutos jurídicos, financeiros e de planejamento. Ele representou um marco na história das políticas urbanas e regionais e, porque não dizer, uma "sacudida" nos defensores do puro localismo. Pouco depois, em 2003, a criação do Ministério das Cidades e a elaboração de uma Política Nacional de



Desenvolvimento Regional, sob o comando do Ministério da Integração, também representaram marcos e "sacudidas" que foram acompanhadas pelo arrefecimento mundial do neoliberalismo. Ao longo de toda a década, seguiram-se outras propostas de políticas nacionais relacionadas às urbanas e regionais, a exemplo das de habitação, mobilidade urbana, saneamento, resíduos sólidos e de ordenamento territorial, cada uma em distintos estágios de formulação, aprovação e implantação. Todo esse esforço corresponde, sem dúvida, a uma retomada da atuação do Estado Nacional sobre políticas urbanas e regionais. Equivale a uma reinserção da presença do urbano e regional na agenda do governo federal.

A despeito dessa marcante atuação, não se pode concluir que houve um simples retorno da atuação do Estado Nacional. A questão das escalas de intervenção leva a afirmar que o embate entre nacional ou local hoje está deslocado, pois parece ser mais correto falar em nacional e local permeado pelo regional. Falar, portanto, em um encontro interescalar em termos de intervenção, conforme aparece explícita ou implicitamente na coletânea.

O sugestivo título escolhido por Kazuo Nakano - "O Estatuto da Cidade entre o local e o nacional" é emblemático do encontro interescalar local-nacional. Mais emblemático ainda é "O debate regional no municipalismo brasileiro", capítulo escrito por Rodrigo de Faria, no qual o autor promove um encontro interescalar local-regional-nacional ao pressupor que a cooperação intermunicipal perpassa o urbano e o regional e trazer a tipologia microrregional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O encontro interescalar também pode ser percebido nos demais capítulos da coletânea. Trata-se de exercitar o olhar para enxergá-lo em cada uma das propostas de políticas nacionais vigentes, na definição de suas prioridades espaciais e no próprio resgate dos seus contextos históricos. Assim o fazem: Alessandra d'Avila Vieira e Mirna Quinderé Belmiro Chaves para a política de habitação; Claudio Oliveira da Silva para a política de mobilidade antes denominada de transporte urbano; e Kelson Vieira Senra para a política regional. De modo similar, em um contexto que começa nos anos 1980, o fazem Júlio Miragaya e Leandro Signori ao discorrer



sobre a política de ordenamento territorial, ressaltando que vários países já a elaboraram.

Por fim, pode-se enxergar o encontro interescalar, nas palavras apaixonadas de Benny Schvasberg ao traçar um panorama histórico do planejamento urbano no Brasil e chamar atenção para a hegemonia do setorialismo na política urbana como um dos desafios a serem enfrentados. Tema complementado por Heloisa Pereira Lima Azevedo, que centra sua análise na experiência recente dos Planos Diretores, não sem antes contextualizá-la em períodos anteriores.

Professora Marilia Steinberger
Departamento de Geografia - UnB



“Ao longo de toda a década, seguiram-se outras propostas de políticas nacionais relacionadas às urbanas e regionais, a exemplo das de habitação, mobilidade urbana, saneamento, resíduos sólidos e de ordenamento territorial, cada uma em distintos estágios de formulação, aprovação e implantação. Todo esse esforço corresponde, sem dúvida, a uma retomada da atuação do Estado Nacional sobre políticas urbanas e regionais.”

Fragmento do Prefácio escrito por Marília Steinberger

POLITICAS URBANAS E REGIONAIS NO BRASIL



 Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo



Laboratório de Estudos da Urbe
LabUrbe-PPGFAU-UnB

Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo e da Cidade
(GPHUC-UnB/CNPq)